

O ENSINO DO VOCABULÁRIO PARA APRENDIZES DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA

Lêda Pires CORRÊA¹

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

RESUMO

A designação de um lexema, em situações de uso, pelo aprendiz de PLE, implica não só o conhecimento de sua definição lexicográfica, como também o conhecimento enciclopédico desse lexema. Para tanto, fundamenta-se no Modelo Semântico Reformulado, proposto por Eco (1976), que possibilita compreender os sememas de um dado lexema como percursos de leitura, pelo encaixe de cada representação semântica em seleções contextuais. Na comunicação, o aprendiz de PLE, com auxílio dessas seleções contextuais, pode construir percursos de leitura e expandir seu repertório vocabular pela análise dos semas do semema e interpretar o lexema como uma rede complexa de unidades culturais e de cadeias intertextuais. Nessa perspectiva, objetiva-se propor estratégias teórico-metodológicas para o estudo do vocabulário da língua portuguesa, em processos comunicativos e interculturais no contexto de ensino-aprendizagem de PLE, de modo a que o aprendiz desenvolva competências léxicas e enciclopédicas, que maximizem sua *performance* como leitor em língua portuguesa.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem de PLE. Vocabulário. Semântica. Texto.

Introdução

Este artigo tem por tema o ensino do vocabulário para aprendizes do Português Língua Estrangeira (PLE) e situa-se na interface de dois modelos semânticos relativos ao estudo do lexema como unidade de comunicação, a saber: o de Katz e Fodor (1977), doravante modelo KF, e o Modelo Semântico Reformulado, doravante MSR, proposto por Eco (2014), cuja reformulação resulta de críticas e acréscimos ao modelo semântico dos primeiros autores citados.

A aquisição do vocabulário da língua-alvo não se desenvolve ao largo da problemática do léxico bilíngue, uma vez que o aprendiz se depara, segundo Leiria (2006, p. 75), com processos distintos de lexicalização de conceitos e com diferentes hierarquias de lexicalização na sua língua de origem e na língua-alvo. A interculturalidade se faz mais presente no ensino do vocabulário, porque o aprendiz reconceitualiza as ocorrências léxicas na língua-alvo pelo conhecimento lexical e enciclopédico de que dispõe na sua língua de origem. Contudo, essa reconceitualização nem sempre se dá de modo simples. No seguinte exemplo retirado de Schulte-Herbrüggen (1963) e aqui adaptado ao português tem-se, no francês, uma designação para a carne do corpo vivo, <<chair>>, e outra para a carne do animal morto que serve de

¹ Endereço eletrônico: ledapc36@gmail.com

alimento ao homem, <<viande>>, enquanto que, no português brasileiro, há apenas uma designação para ambos, <<carne>>. Não apenas esse, mas inumeráveis outros exemplos atestam que “o nosso conhecimento consiste na construção de <<versões-de-mundos>> (...) [e] que construções e mundo são uma e a mesma coisa.” (GOODMAN, 1995, p.5). Nesse sentido, postula-se que o modelo KF (1977) reformulado por Eco (2014) possibilita ao aluno de língua estrangeira não só ativar seu conhecimento definicional de um lexema ocorrente em um determinado texto, mas também as cadeias intertextuais que constroem e reconstróem o conhecimento enciclopédico.

Um ponto consensual entre esses dois modelos de significação é o de que consideram o contexto como um aspecto integrante e necessário à análise componencial ou sêmica. Além disso, ambos concordam que os contextos mais prováveis de ocorrerem nas manifestações discursivas orientam as variações sêmicas do quadro componencial do lexema. Segundo Greimas (1973), a proposta de uma teoria semântica global só seria viável se fosse possível apreender a totalidade dos contextos da ocorrência lexemática na comunicação, porque isso esgotaria todas as variáveis sêmicas. No entanto, dada a impossibilidade de previsão global pelo código de todas as variáveis sêmicas em virtude da multiplicidade de contextos discursivos, os modelos de significação operam com os contextos convencionados pelo uso e que se incorporam ao código para prover, parcialmente, os sentidos que os lexemas assumem na profusão de situações comunicativas.

O conceito de semiose ilimitada, postulada por Peirce (1977) e retomada por Eco (2014), não corrobora com a realização de uma teoria global da significação, mas abre para a sua presunção ao postular o movimento de geração ilimitada de funções sígnicas. Essa geração é fundamentada pela noção de interpretante: um signo só pode ser explicado por outro signo. Desse modo, o objeto semiótico de uma semântica é, antes de mais nada, o conteúdo, não o referente, sendo o conteúdo definido como uma unidade cultural, porquanto para estabelecer o significado de um significante se faz necessária a presença de um outro significante, que, por sua vez, é interpretado por outro significante, e assim sucessivamente, é que se tem a garantia de um sistema semiótico explicar-se a si próprio.

O vocabulário de uma língua é a prova maior de que essa circularidade é condição da significação, uma vez que uma unidade lexical se explica por outra, e assim sucessivamente. Com efeito, a semiose ilimitada, como condição da significação e da comunicação, não se restringe apenas ao léxico, mas a outras unidades semióticas, das quais não trata esse artigo.

O significado de um significante, entendido como unidade cultural veiculada através de outros significantes e por isso semanticamente independente do primeiro significante, possibilita afirmar a inexistência de sinônimos perfeitos, mas assimila o significado à sinonímia. Uma unidade cultural não deve, porém, ser identificada apenas através da série dos seus interpretantes, mas também deve ser colocada num sistema de outras unidades culturais que se lhe opõem ou a circunscrevem. Nesse caso, tem-se a antonímia.

A questão do referente, todavia, não pode ser desconsiderada. A pergunta que se propõe a isso é: como estabelecer uma correspondência entre propriedades semânticas de um semema (matéria nitidamente semiótica) e as supostas propriedades não semânticas de uma coisa? Eco (2014) admite que a inserção do referente em um modelo semântico só é possível se o referente assumir o aspecto de uma entidade semioticamente apreensível. Isso implica subtrair o entendimento do referente como um objeto empírico tão somente. Para tentar responder a essa questão, recorre-se a Locke (2012), em sua obra *Ensaio sobre o entendimento humano*, publicada em 1690, na qual esse autor postula que as ideias não são a imagem especular das coisas, mas o resultado de um processo de abstração, pelo qual ficam retidos apenas alguns traços pertinentes ao objeto, que não é sua essência individual, mas a essência nominal, a qual é em si mesma uma síntese, uma reelaboração da coisa significada. Mais tarde, Peirce (1977), com base no pensamento de Locke, afirma que as ideias, enquanto resultado de um esquema perceptivo, também são entidades semióticas, ou melhor, signos.

Modelo KF: limitação e reformulação

O modelo KF (1977) situa-se no esquadro do paradigma estruturalista e objetiva, em linhas gerais, descrever a estrutura semântica de uma língua, tomando por base as regras de projeção das gramáticas gerativo-transformacionais e as lacunas por elas deixadas no âmbito da competência semântica do falante. Para justificarem a elaboração de uma descrição semântica por regras de projeção, os autores argumentam que uma sentença pode ser gramaticalmente adequada, porém conter itens lexicais que causam ambiguidade ao intérprete. A sentença *O banco é grande*, por exemplo, causa ambiguidade do ponto de vista semântico, uma vez que o lexema /banco/ pode significar <<instituição financeira>> ou <<tipo de assento>>. Para eles, apenas o complemento contextual linguístico da frase pode resolver a questão da ambiguidade lexical, como em *O banco é grande, mas cabe nesta saleta*, em que /banco/ significa <<tipo de assento>>.

Basicamente, o modelo KF (1977) constitui-se por dois componentes: o *dicionário*, cujos elementos são, conforme a Fig.1, a seguir, os marcadores sintáticos, sem parênteses ou colchetes, os marcadores semânticos, entre parênteses, e os *distinguishers* (distinguidores), entre colchetes, e o *conjunto de regras de projeção*, que atribui interpretações semânticas a determinadas sentenças da gramática:

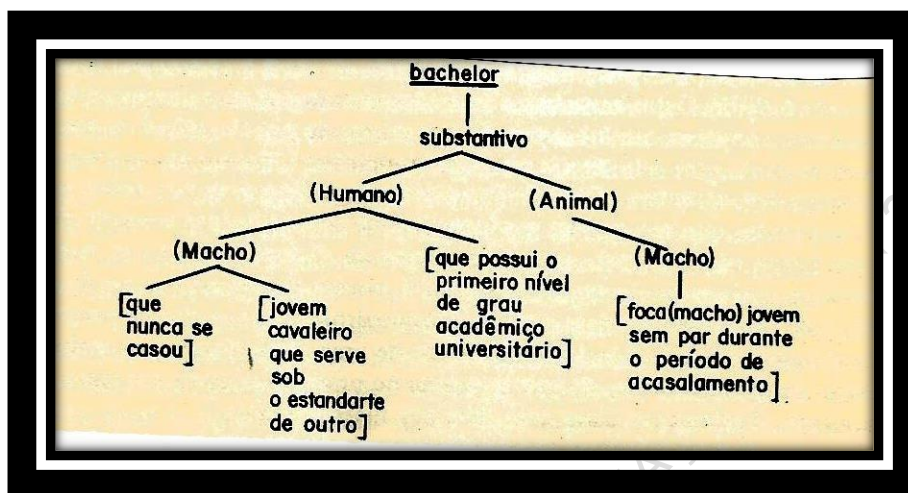


Figura 1- Modelo semântico de Katz e Fodor

As críticas que recebeu essa teoria foram muitas, dentre as quais são aqui apresentadas e discutidas as de Eco (1975), que culminaram na abertura de caminhos para a sua proposta do MSR. O modelo semântico, proposto por Eco (2014), tem como ponto de partida e principal eixo norteador o modelo KF (1977), fundamenta-se também na semiótica de Peirce, sobretudo na concepção de um dos elementos sgnicos, o interpretante, que propicia postular a semiose ilimitada verificada em seu modelo reformulado e, em aspectos do modelo de Quillian (1971, como citado em Eco, 2014, p.111), que opera com os nós associativos de uma memória semântica, pela qual há um lexema “patriarca”, denominado *type A*, que prevê o emprego, como seus interpretantes, de uma série de outros significantes, denominados *tokens*. O modelo Quillian também se baseia no processo de semiose ilimitada.

As limitações do modelo KF (1977), apresentadas por Eco (2014), juntamente com as reformulações que ele propõe ao seu modelo semântico são as seguintes:

a) Limitação: o modelo KF tem os limites de um dicionário;

Reformulação: o modelo de Eco ultrapassa o dicionário, ao propor uma análise componencial enciclopédica;

Comentário: a competência, com base no dicionário, é ideal e insuficiente para tratar as unidades semióticas como unidades de cultura. Desse modo, Eco postula uma competência enciclopédica, que é histórica e social, portanto, prevê a competência semântica real do falante;

b) Limitação: as marcas semânticas, que aparecem entre parênteses na Fig.1, são entidades platônicas;

Reformulação: as marcas semânticas gerais, como (Humano), (Animal), (Macho) são concebidas como pressuposições semânticas no MSR, porque dependem da representação sememática, pela qual, quando se diz /João é solteiro/, fica implícito que João é um macho humano adulto. A esse tipo de marca semântica, Eco (2014) denomina “inclusão semiótica”;

Comentário: as marcas semânticas (Humano), (Animal), (Macho), conforme modelo KF (Fig.1), são entidades platônicas, devido ao seu caráter finito e universal que impede a explicação dos matizes semânticos dos lexemas. No modelo KF, há uma contradição na explicação dessas marcas semânticas, concebidas, por um lado, como construções puramente teóricas, por essa razão não devem ser submetidas à análise componencial sucessiva, visto que uma marca é o *explicans* do semema e não um outro *explicandum*. Por outro lado, Katz (1977) afirma sobre a necessidade da aplicação das regras de redundância que postulam uma análise sucessiva de cada componente ou sema, fato que leva o leitor mais atento a supor que a marca semântica (Humano), por exemplo, pode ser decomposta pela marca implícita (Animado), o que contraria, portanto, sua natureza teórica pura e indecomponível;

c) Limitação: as conotações não são levadas em consideração no modelo KF;

Reformulação: o MSR prevê as conotações;

Comentário: um significante denota e conota várias unidades semânticas, e algumas destas se excluem reciprocamente, o que significa que no interior do semema se perfilam percursos mutuamente exclusivos que produzem incompatibilidades semânticas. Eco, nesse aspecto, alia-se à proposta desenvolvida por Greimas (1973), para o qual o lexema (para Eco, semema) “é o lugar da manifestação e do encontro de semas que procedem de categorias e sistemas sêmicos diversos e mantêm entre si relações hierárquicas, vale dizer, hipotáticas.”;

d) Limitação: os contextos não são previstos;

Reformulação: há seleções contextuais e circunstanciais no modelo de Eco;

Comentário: Eco introduz as seleções contextuais e circunstanciais em seu modelo não só para resolver o hiato entre a semântica e a pragmática, mas para auxiliar na desambiguação dos lexemas com semas denotativos e conotativos;

e) Limitação: os *distinguishers* exibem uma impureza extensional;

Reformulação: no MSR, os *distinguishers* e as marcas semânticas são concebidas como unidades culturais e semioticamente apreensíveis;

Comentário: no modelo KF, os *distinguishers* são descrições do referente concreto, isto é, o referente não assume as características de uma entidade semioticamente apreensível. São, portanto, uma solução extensionalista inserida em um modelo que se define como intensionalista. O problema maior dos *distinguishers* é que eles não se encaixam como marcas semânticas, mas como extensões das marcas semânticas, que por si só, não são suficientes para que o usuário distinga um ou outro percurso de sentido de um dado semema;

f) Limitação: o modelo KF descreve apenas expressões verbais e termos categoremáticos;

Reformulação: o MSR descreve também os termos sincategoremáticos e expressões não verbais;

Comentário: Eco (2014) aponta essas faltas, não como falhas do modelo KF, uma vez que os autores não tinham o propósito de postular um modelo que desse conta de expressões não verbais e de termos sincategoremáticos. No entanto, Eco pretende mostrar a maior abrangência do MSR ao incorporar tais expressões e termos. Para tanto, postula que os termos sincategoremáticos, por exemplo, <<este>>, não dependem da presença do referente para sua compreensão, contrariando a afirmação de Peirce (1997). Sempre se considerou que a marca <<proximidade>> com sua adjunta <<falante>> em relação ao termo <<este>> fosse da ordem sintática, isto é, “a expressão era capaz de significar um objeto como o seu próprio significado porque a proximidade do objeto era uma marca do significante!” (ECO, 2014, p.105). Esse autor entende que <<este>. Adquire significado não porque alguma coisa lhe está próxima, mas porque <<este>> significa que deve existir alguma coisa que lhe esteja próxima. Nesse sentido, as marcas <<proximidade>> e <<falante>> não são sintáticas, mas semânticas, independente de qual seja o referente que ela indica. Em certa medida, o mesmo tratamento teórico se aplica às expressões não verbais. Por exemplo, uma

seta direcional reproduz iconicamente tanto a longitudinalidade quanto a apicalidade, que orientam o significado << direção a ser seguida>>.

Aspectos teóricos do MSR

A Fig. 2, a seguir, representa uma função sígnica-tipo complexa do MSR, em termos enciclopédicos, por meio de diversas possibilidades de organização de um semema que se traduzem por percursos de leitura diversamente dispostos:

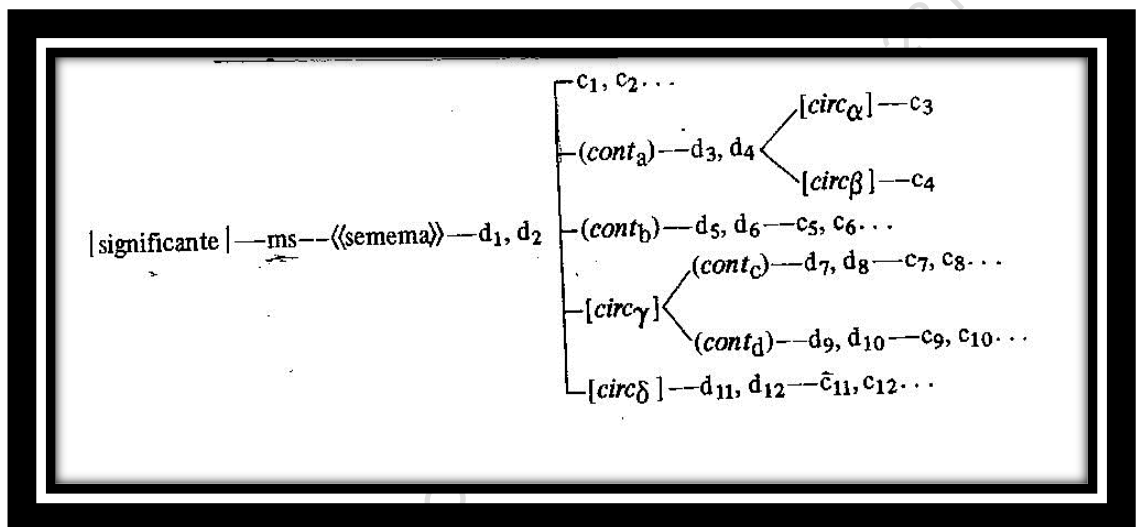


Figura 2: árvore componencial complexa do MSR

A descrição dos principais componentes do MSR (Fig. 2): os *ms* são as marcas sintáticas do significante; os *d* e os *c* são denotações e conotações; (*cont*) são seleções contextuais, que dão instruções do tipo: no contexto b, por exemplo, empregam-se as denotações *d5* ou *d6* e *c5* ou *c6*; [*circ*] são as seleções circunstanciais que dão instruções do tipo: à [*circ* α], por exemplo, se aplicam as denotações *d3* e *d4* do (*cont* *a*) e a conotação *c3*.

Em breve síntese, o MSR define o semema como unidade cultural, que ultrapassa o conhecimento da definição lexicográfica, porque, segundo Eco (1991), é o conhecimento enciclopédico que alcança a dimensão cultural do significado, sob a forma de roteiros (ou *frames* ou *scripts*) e roteiros intertextuais.

O semema pode apresentar denotações que não se alteram, sejam quais forem os contextos e circunstâncias (como *d1* e *d2* com suas conotações dependentes *c1* e *c2*, na Fig.2)

ou pode variar contextualmente e também pelas circunstâncias em que ocorre o evento comunicativo (as demais representações presentes na Fig. 2).

As seleções contextuais e circunstanciais, no MSR, são antes de tudo, as ocorrências possíveis de um dado item lexical, desde que tais ocorrências sejam cultural e convencionalmente reconhecidas como estatisticamente mais prováveis. A diferença entre os dois tipos de seleção reside na ocorrência no plano da forma (seleções circunstanciais) e no plano do conteúdo (seleções contextuais). Enquanto as primeiras registram outros significantes (ou grupo de significantes) que pertencem a diversos sistemas semióticos, as segundas registram outros sememas (ou grupo de sememas) comumente associados ao semema representado.

Eco (1986) afirma que “o semema deve aparecer como um texto virtual e um texto não é senão a expansão de um semema”, mediante isso, conclui o autor: “assim, semiótica do código e semiótica do texto são dialeticamente interdependentes.” (ECO, 1986, p. 10-11).

Texto e leitor cooperativo pelo MSR

Um texto é sempre incompleto e distingue-se de outros tipos de expressão pela sua complexidade. Tal característica dos textos deve-se ao fato de ele ser entremeado de enunciados implícitos, não manifestados na superfície lexemática, salvo pelos movimentos cooperativos do leitor, que deve primeiramente atualizar a própria enciclopédia e executar um trabalho inferencial para trazer à tona o que está submerso. Para atualizar as estruturas discursivas, o leitor confronta a manifestação linear com o sistema de códigos e subcódigos fornecidos pela língua em que o texto foi escrito e pela competência enciclopédica a que a tradição cultural aquela própria língua remete. Contudo, esse movimento interpretativo aplicado ao aprendiz de PLE engloba a ativação e o rearranjo da enciclopédia do aluno entre as unidades culturais em interação na sua língua de origem e na língua-alvo.

No poema, a seguir, de Carlos Drummond de Andrade, apresenta-se um movimento cooperativo inicial, que contribui para a construção do processo de contextualização. Dentre os aspectos que contribuem para a contextualização, ainda que não pertençam ao conteúdo do corpo textual, destacam-se, conforme Marcuschi (2012), dois deles: autor e título.

HIPÓTESE

E se Deus é canhoto

E criou com a mão esquerda?

Isso explica, talvez, as coisas deste mundo.

Autor

No caso do autor, o lexema é um nome próprio /Carlos Drummond de Andrade/. Segundo Eco (2014), os nomes próprios são descritos, em seu modelo, sob a mesma perspectiva enciclopédica, pois se a representação de um semema confere a uma unidade cultural todas as propriedades que lhe são unanimemente atribuídas no âmbito de uma dada cultura, nada melhor que a unidade correspondente a um nome próprio ser institucionalmente descrita em todos os seus pormenores. Sob essa perspectiva, basta o nome próprio /Carlos Drummond de Andrade/ ser minimamente descrito como <<poeta, contista e cronista brasileiro>> para orientar ao leitor, em geral, que provavelmente lerá um dos três gêneros textuais (poesia, conto ou crônica).

Título

Em relação ao título do poema, sua composição é de apenas um significante /hipótese/. A análise componencial ou sêmica do lexema <<hipótese>> como um conjunto de instruções do conhecimento enciclopédico e das seleções contextuais e circunstanciais mais costumeiras em que esse conhecimento pode ocorrer, abre um leque de possibilidades de percursos de leitura.

No entanto, o lexema <<hipótese>> apresenta um sentido denotativo que está sempre presente, independente do contexto, na cadeia enciclopédica desse lexema, a saber: d1 - <<ideia ainda sem comprovação, suposição, conjetura, mas que dela pode-se inferir uma conclusão>>. Pode d1, no entanto, ocorrer em circunstâncias muito variadas. Contudo, o aprendiz de PLE ao saber que o título “hipótese” é atribuído ao gênero poesia, ele delimita o significado d1 ao único contexto evidente: o literário.

Corpo do texto

O poema analisado compõe-se por três versos, sendo que os dois primeiros funcionam como premissas e o último como possível conclusão. Nesse sentido, os três versos expandem e estruturam o conteúdo do lexema <<hipótese>>, título do poema.

O texto apresenta a forma sucinta de uma estrutura argumentativa, como postula van Dijk (1983): Hipótese (premissa) + Conclusão, ou ainda, se “p” então “q”. Em um rearranjo dos dois primeiros versos com o terceiro, edifica-se a estrutura argumentativa básica, assim representada:

Se “p” *E se Deus é canhoto e criou com a mão esquerda?*

então ou logo

“q” *Isso explica, talvez, as coisas deste mundo.*

Ao formular a hipótese e a conclusão do texto, observa-se que no enunciado conclusivo “q”, ocorre o lexema <<talvez>>, cujo semema <<indica possibilidade, mas não certeza>> do sujeito da enunciação. Desse modo, a incerteza funciona como circunstância da enunciação, porque sua hipótese em forma de pergunta apresenta como resposta, não uma conclusão necessária, mas possível.

Nessa circunstância, há um nexos implícito entre a hipótese (pergunta) e a conclusão (resposta), que não é necessariamente causal, mas pragmático, isto é, a relação entre “p” e “q” é de possibilidade. As possibilidades, se se tratasse de um texto em prosa, poderiam ser explicitadas como argumentos de sustentação da hipótese enunciada. No entanto, trata-se de um texto poético e os argumentos que poderiam entremear essa relação não estão presentes no texto, por isso precisam ser construídos cooperativamente pelo leitor, pela via inferencial. Com base em quê? Com base nos seguintes enunciados explícitos: “E se Deus é canhoto” (p1) e “E se Deus criou com a mão esquerda” (p2), dos quais se evidenciam dois lexemas centrais para a interpretação textual, a saber:

<<Deus>> (*cont. místico*) → d1 → <<sobretudo no Cristianismo, ser supremo, criador do universo>>; c1 → <<bondade>>, <<pureza>>. E o lexema <<canhoto>> que se abre para dois modos de organização do semema:

<<canhoto>> → d2 (independente do contexto) → <<que usa preferencialmente a mão esquerda, canhoto, esquerdo, sinistro>>

<<canhoto>> → (*cont. místico*) → d3<<diabo>> <<o anjo rebelde (Satanás) que foi expulso do céu e precipitado no abismo (inferno)>>; c3 → <<maldade>>, <<impureza>>.

A seleção contextual da mística pode se abrir a diferentes percursos de sentido ligados a ela. Por exemplo, pode-se decidir abrir a enciclopédia de outras religiões monoteístas, como o judaísmo ou o islamismo, além do cristianismo, por exemplo. As religiões politeístas, por sua vez, não entram nessa enciclopédia e devem ser narcotizadas.

Com base no contexto da *mística*, o enunciado explícito “E se Deus é canhoto” (p1) pode também ser reconstruído como “E se Deus é diabo”, porque, na enciclopédia dos conhecimentos ligados à mística ou à religiosidade, <<canhoto>> é denotado como <<diabo>>. A axiologia, na história religiosa, é negativa, com relação ao lado esquerdo, e positiva com relação ao lado direito. A análise componencial enciclopédica abre a possibilidade de construção de roteiros intertextuais, dentre os quais o texto bíblico, e com ele toda a cultura do

judaísmo, elogia e privilegia o lado direito. Segundo o livro Levítico, por exemplo, a perna direita sacrificada era oferecida aos sacerdotes. Moisés, no êxodo, dirige-se assim a Deus: “Em sua direita, gloriosa está a força”. E, no Eclesiastes, se lê: “o coração do sábio o guia para a direita, e o do néscio, para a esquerda”.

No Novo Testamento, o Messias se sentará “à direita de Deus” (Mt16) e, depois do juízo final, os justos se colocarão à direita do Altíssimo e os condenados à sua esquerda.

Dante Alighieri, na *Divina Comédia*, coloca o paraíso à direita e o inferno à esquerda. Na Idade Média, os canhotos eram queimados como praticantes de bruxarias, mensageiros da morte e enviados do diabo.

Há um belo conto de Machado de Assis, intitulado ‘A Igreja do Diabo’, em que o Diabo resolve ter sua própria Igreja e leis para a conversão de fiéis. Há um trecho em que o diabo define a fraude como o braço esquerdo do homem e a força, o seu braço direito. E conclui: “muitos homens são canhotos, eis tudo”.

O enunciado “E se criou com a mão esquerda”, por associação, carrega toda a simbologia negativa da mão esquerda. Do que é sinistro, do mau agouro, do funesto.

Na conclusão “q” *Isso explica, talvez, as coisas deste mundo*, o movimento anafórico do dêitico /isso/ traz para a conclusão toda a carga negativa sobre a criação das coisas do mundo, mas não de outros mundos, e sim deste mundo habitado pelo humano, cuja ocorrência catafórica do dêitico /deste/ identifica um mundo particular, certamente, refere-se ao mundo terreno e suas coisas.

Considerações Finais

O MSR, quando empregado para o ensino do vocabulário a aprendizes de PLE, mostra-se eficaz porque abre a possibilidade ao professor de trabalhar alguns percursos de leitura na interpretação de textos, preferencialmente textos curtos, por meio da expansão de sememas de termos categoremáticos e sincategoremáticos ocorrentes nos textos. A análise componencial sememática pelo MSR compreende os lexemas como unidades culturais do processo de significação pela ativação dos sentidos cultural e institucionalmente compartilhados, por meio de *frames* ou *scripts* ou por cadeias intertextuais. Esse procedimento orientado para o texto se faz pertinente devido, mas não só, pelo conhecimento enciclopédico que possibilita, no caso do ensino de uma língua estrangeira, que se ativem, comparem, analisem e reconstruam diferentes

visões de mundo, oriundos dos recortes culturais da língua-alvo em interface com os da língua de origem do aluno. A isso, designa-se interculturalidade.

A aplicação do MSR ao poema *Hipótese*, de Carlos Drummond de Andrade, a título de exemplificação, demonstra que a expansão do semema pelo contexto da mística abre imensa cadeia intertextual para compreender a simbologia negativa do lado esquerdo presente na cultura judaico-cristã, em contraponto à carga valorativa positiva do lado direito. Tal expansão intertextual, portanto, enciclopédica abre condições de reconstrução do enunciado explícito “E se Deus é canhoto” pelo enunciado implícito “E se Deus é diabo”, por um processo inferencial decorrente da expansão do lexema <<canhoto>>.

O MSR pode ainda ser associado a determinados recursos teóricos da Linguística Textual, responsáveis pela textualidade, por exemplo, a coesão referencial por movimentos anafóricos e catafóricos de termos sincategoremáticos, como ocorreu com os lexemas <<isso>> e <<deste>> no texto selecionado para análise. Foram utilizados também os fatores de contextualização, propostos por Marcuschi (2012, como a autoria do texto, entendida como lexema de nomes próprios e o título do texto. Ambos abrem expectativas a respeito do texto, situando-o num universo contextual de interação comunicativa.

Em síntese, os resultados obtidos com a aplicação do MSR à análise textual apontam ser tal modelo um contributo a mais para as aulas de PLE, com ênfase na abordagem comunicativa e intercultural, tendo por ancoragem o léxico nos processos de significação.

Referências

- ALIGHIERI, D. (1998). *A divina comédia*. São Paulo: Editora 34.
- ANDRADE, C. D. (1984) de. *Corpo*. Rio de Janeiro: Record.
- ASSIS, M. de. (S.d) *Seus trinta melhores contos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BÍBLIA. Português. (1993). *A Bíblia do Pão*. (23a. ed.) Rio de Janeiro: Vozes.
- ECO, U. (1986). *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1991). *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática.
- _____. (2014). *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva.
- GOODMAN, N. (1995). *Modos de fazer mundos*. Lisboa: edições ASA.
- GREIMAS, A. J. (1973) *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix.
- HERTZ, R. (1980). A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. In: *Religião e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença. n.06, pp. 99-128.

-
- KATZ, J. J. Teoria semântica. (1977). In.: M.P. Lobato. *A semântica linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- KATZ, J. J. e FODOR, J. A. (1977). Estrutura de uma teoria semântica. In.: M.P. Lobato. *A semântica linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LEIRIA, I. (2006) *Léxico, aquisição e ensino do Português Europeu língua não materna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOCKE, J. (2012). *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Martins Fontes.
- MARCUSCHI, L. A. (2012) *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola.
- PEIRCE, C. S. (1977). *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.
- SCHULTE-HERBRÜGGEN, H. (1963). *El lenguaje y la vision del mundo*. Santiago: Universidad de Chile.
- VAN DIJK, T. A. (1983). *La ciencia del texto: um enfoque interdisciplinario*. Barcelona: Paidós.

THE TEACHING OF VOCABULARY FOR LEARNERS OF PORTUGUESE AS A FOREIGN LANGUAGE

ABSTRACT

The designation of a lexeme in certain usage situations for the PLE apprentice implies not only on the knowledge of its lexicographical definition, but on the encyclopedic knowledge of this lexeme as well. In this manner, it is based on the Reformulated Semantic Model proposed by Eco (1976), which enables the comprehension of the sememes of a given lexeme as a reading path, by the fitting of each semantics representation on certain contextual selections. In communication, with the help of these contextual selections, the PLE apprentice will be able to build reading paths and expand his vocabulary repertoire by the analysis of the sememe from semas, and then interpret the lexeme as a wide web of cultural unities and intertextual chains. In this perspective, the goal is to propose theoretic-methodological strategies for the vocabulary studies of the portuguese language in communicative and intercultural processes in the context of the PLE teaching-learning, in such a way the apprentice could develop lexical and encyclopedic competences which maximizes his performance as a potential reader in the portuguese language.

Keywords: Teaching-learning of PLE. Vocabulary. Semantics. Text.

Envio: outubro/2018
Acceto para publicação: novembro/2018